

Líderes tentam acordo para a desobstrução

Os líderes Humberto Lucena, do PMDB, e Nilo Coelho, do PDS, se encontram hoje para decidir, de uma vez por todas, a sorte dos quase 300 empréstimos encalhados na Secretaria da Mesa Diretora do Senado. Os entendimentos já estão em estágio bastante adiantado, mas não deverão chegar ao presidente do Senado, Jarbas Passarinho, a não ser quando os critérios para a aprovação dos empréstimos já estiverem definidos. Aí será estabelecida uma estratégia de "esforço concentrado", juntamente com Passarinho, que só quer participar da fase final do diálogo, para incluir os empréstimos na Ordem do Dia.

Em princípio, terão prioridade os empréstimos destinados aos projetos sociais, como os projetos CURA e os programas do FAS, financiados, respectivamente, pelo BNH e pela Caixa Econômica Federal. Em seguida, aqueles projetos tradicionais, como de habitação, que vêm sendo implantados há muito tempo e que não há razão para paralisá-los. Por último, serão apreciados os casos especiais, como os empréstimos para os Corpos de Bombeiros do Rio de Janeiro e de Porto Alegre. Estes não são considerados nem empréstimos sociais nem tradicionais, ou seja, são necessidades que surgem com o decorrer do tempo,

como os equipamentos de combate ao fogo.

15 DE MAIO

A tese do esforço concentrado, proposta pelo PMDB, vem tendo uma receptividade relativa, uma vez que o PDS não está disposto a traçar nenhuma estratégia a respeito sem que se tenha algum projeto para votar, ou seja, não teria sentido estabelecer nada se a Oposição não entrar em um acordo sobre a necessidade de se aprovarem os empréstimos, seguindo os critérios traçados.

Acredita o vice-líder governista José Lins que antes de se marcar uma semana a cada mês para se concentrar esforços no plenário, é necessário que se faça uma experiência de, por exemplo, duas semanas, não só para ver se a estratégia realmente funciona, mas porque a liderança do PDS está em dúvida quanto a data de 15 de maio. Alguns especialistas entendem que o dinheiro desses empréstimos já estão previstos nos respectivos orçamentos, mas outros acham que após 15 de maio — seis meses antes do dia das eleições — nenhum estado ou município pode pegar dinheiro emprestado, como não pode contratar ou despedir ninguém. José Lins já pediu o parecer a respeito da assessoria jurídica do Senado, mas até o momento os juristas não chegaram a uma conclusão.